

O calendário do pagamento

Além do pagamento de US\$ 738 milhões que fará ainda esta semana aos bancos credores, envolvendo US\$ 518 milhões do restante de juros devidos de janeiro e US\$ 220 milhões relativos a fevereiro, o Brasil fará nas próximas semanas pagamento dos juros de março, no valor de US\$ 230 milhões, com recursos das reservas cambiais do País. A informação foi dada ontem pelo secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, diplomata Sérgio Amaral.

A partir de abril, segundo ele, o Governo espera que, com o andamento do acordo que prevê novos financiamentos ao Brasil de US\$ 5,8 bilhões, sejam normalizados os pagamentos de juros sem pressões sobre as reservas, que estariam com um nível muito baixo. Para isso, enquanto o acordo não entrar efetivamente em vigor — prevê-se que de abril a junho será o tempo consumido para adesão dos 700 bancos credores a ele —, o Governo não descarta a possibilidade de solicitar, dentro dele, um empréstimo-ponte.

Quanto à liberação de recursos das linhas de créditos comerciais de curto prazo previstas no acordo, Sérgio Amaral afirmou que ela está na dependência da forma de aplicação do novo **spread** (taxa de risco) negociado com os bancos, que será de 0,8125% sobre o estoque da dívida com os bancos, hoje de aproximadamente US\$ 70 bilhões. (O total da dívida externa, conforme os últimos dados do Ministério da Fazenda alcançou US\$ 120,6 bilhões, o que, com os novos financiamentos de US\$ 5,8 bilhões, será elevada para US\$ 126,4 bilhões).

Ainda não está definido nas negociações entre o Governo brasileiro e os bancos credores se esse novo **spread** será aplicado na forma de **carve-out**, que implicaria sua entrada em vigor imediatamente e representaria uma economia de cerca de US\$ 600

milhões. Nessa hipótese, considerada difícil pelo Governo, uma vez que necessitaria a mudança automática de centenas de contratos feito à base de **spread** antigo, que variava de 1,7% a 2%, a economia observada com a nova taxa de risco seria considerada compensação para as linhas de crédito de curto prazo, que não seria obtida pelo Brasil (entre US\$ 600 milhões e US\$ 1 bilhão, nos cálculos do Ministério da Fazenda).

A outra forma de aplicação do novo **spread** denominada **serial pick up** implicaria na vigência da taxa de 0,8125% à medida, em que os contratos fossem vencendo, não significando uma economia imediata. Nessa hipótese, os créditos comerciais de curto prazo seriam fornecidos pelos bancos credores.

Pendências

Além da questão da forma como se aplicará o novo **spread**, ainda estão em discussão entre a missão negociadora do Brasil, chefiada pelo presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e pelo comitê dos bancos credores, o prazo de rolagem do principal da dívida externa e o pedido de **waiver** (licença) para securitização da dívida. Para a dívida do setor público, que representa 70% do total devido aos bancos (o que significa cerca de US\$ 50 bilhões), o Governo está tentando uma reestruturação de seu perfil pelo prazo de 20 anos.

O fato de o Brasil já ter a garantia de um **spread** de 0,8125% para a dívida com os bancos — o mesmo que foi obtido no acordo com o México — e também de não ter obrigatoriamente vinculado a negociação com os bancos a um prévio entendimento com o Fundo Monetário Internacional foram destacadas pelo conselheiro Sérgio Amaral como pontos mais positivos do processo de negociação.